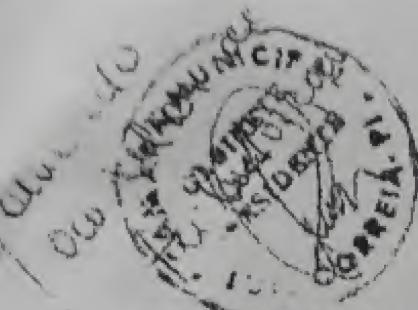




PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ CORREIA  
LUIZ CORREIA - PIAUÍ

PROJETO LEI N° 560 /2.003.



"Dispõe sobre a gratificação de produtividade dos fiscais de tributos do município de Luiz Correia e dá outras providências."

O Sr. Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa  
Prefeito Municipal de Luiz Correia, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais  
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou o seu  
encaminho a seguinte Lei:

Art. 1º. A Gratificação de Produtividade Fiscal passa a ser paga ao agente de tributos do Município, em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda ou de Finanças, cujo custódio importe no mitemento de 100% da remuneração fiscalizadora ou em funções internas que visem ao aperfeiçoamento operacional da Administração Financeira-Tributária.

**Parágrafo Primeiro** - As gratificações de produtividade dispostas neste artigo não serão aplicada ao agente de tributos do município que se afastar do exercício de suas funções, salvo nas seguintes situações:

- I - Férias;
- II - Casamento;
- III - Luto;
- IV - Licença por acidente em serviço ou doença profissional;
- V - Moléstia comprovada que impeça o comparecimento ao serviço até o limite de 62 (seis) anos;
- VI - Licença a funcionária gestante;
- VII - Serviço militar;
- VIII - Júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- IX - Missão oficial ou estudo, quando o afastamento for de interesse da administração e houver sido autorizado pelo Chefe do Executivo;
- X - Licença prêmio;
- XI - Faltas abonadas;
- XII - Exercer cargo de direção na administração direta ou indireta do Município.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de afastamento previsto nos itens I, II, III, VII, VIII, IX e XII do parágrafo supra, será atribuída uma Gratificação de Produtividade Fiscal no percentual que o Agente de Tributos do Município fez jus no bimestre anterior.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ CORREIA

## LUIZ CORREIA - PIAUÍ

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de afastamento previsto nos itens IV, V, VI, X e XIII a Gratificação de Produtividade Fiscal será reajustada pelo índice de aumento do Salário mínimo até o limite da gratificação do Agente de Tributos do Município da ativa.



**Art. 2º.** A Gratificação de Produtividade Fiscal corresponderá ao percentual de 5% (cinco por cento), a incidir sobre o somatório da arrecadação das seguintes receitas:

- I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza(ISSQN);
- II - Taxa de Licença;
- III - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana(IPTU);
- IV - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos a Qualquer Título por ato Oneroso, de Bens Imóveis(ITBI);
- V - Dívida Ativa e Juros e Multas.

**Parágrafo Único** - O percentual que trata este artigo, será repassado aos Agentes de Tributos do Município igualitariamente, com exceção daquele que estiver afastado pelos motivos previstos no art. 1º desta Lei.

**Art. 3º.** A percepção da Gratificação Fiscal, exclui a verbação de outras gratificações ou adicionais existentes na legislação municipal, salvo:

- I - Gratificação Natalina (13º salário);
- II - Adicional por tempo de serviço;
- III - Salário Família.

**Art. 4º.** A Gratificação de Produtividade Fiscal será atribuída ao Agente de Tributos do Município que desempenhar funções em regime de tempo integral com dedicação exclusiva.

**Parágrafo Único** - É permitido ao servidor, desde que não haja prejuízo das obrigações inerentes ao exercício de suas funções no regime de tempo integral:

- I - Participar de órgãos de deliberação coletiva;
- II - Prestar, em caráter eventual, assistência a outros órgãos do serviço público, visando a aplicação de conhecimentos técnicos, desde que devidamente autorizado pelo Secretário Municipal de Finanças.

**Art. 5º.** A Gratificação de Produtividade Fiscal será incorporada aos proventos do Agente de Tributos do Município no momento de sua aposentadoria.

**Parágrafo Único** - O valor a ser incorporado corresponderá a média das Gratificações de Produtividade Fiscal obtidas nos últimos 12 (doze) meses pretéritos ao pedido de aposentadoria.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ CORREIA LUIZ CORREIA - PIAUÍ

Art. 6º. A remuneração mensal do Agente de

Tributos do Município não poderá exceder o limite previsto no inciso XI do Art. 17 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - Exclui-se do limite máximo de que trata este artigo.

I - Diárias e ajuda de custo;

II - 13º Salário;

III - Adicional de férias;

IV - Gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 7º. Esta Lei é retroativa a primeiro de Janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Luz Correia(PI), 03 de Abril de 2003.

*Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa*  
- Prefeito Municipal de Luiz Correia -



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS CORREIA  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 073, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,  
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a matéria tratada na Lei Municipal nº 560/2003, definindo o conceito de agente de tributos disciplinados pela referida norma;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o art. 11 da Lei Municipal nº 893/2017, que trata da remuneração dos procuradores municipais, no que se refere ao adicional de produtividade tratado na referida norma;

CONSIDERANDO que o Dicionário da Língua Portuguesa Online, define o significado de Agente da seguinte forma: 1. Individuo que realiza uma ação; 2. Individuo que se ocupa com os negócios de outrem; comissário, intermediário ou negociante; 3. Sujeito responsável pela execução de determinadas operações materiais ou pela representação dos interesses de outra pessoa; 4. Elemento pertencente à força policial; polícia;

CONSIDERANDO que o agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como "*todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior*". Trata-se, pois, de um gênero.

CONSIDERANDO que servidores públicos são espécies de agentes administrativos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão, regidos pela Lei nº 8.112/1990 no âmbito na União e no caso do Município de Luís Correia, a Lei 575/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município) e são passíveis de responsabilização administrativa, apurada mediante processo administrativo disciplinar ou sindicância de rito punitivo.

CONSIDERANDO que, a melhor interpretação agente de tributos, é no sentido de que são as diversas denominações de servidores públicos ocupantes de cargos que atuam na área tributária, ou seja, fiscais de tributos, fiscais de obras e procuradores que atuam na área fiscal, este último inclusive consta de suas atribuições, promover a cobrança dos créditos tributários ou não em que seja credor o município (inciso II, art. 5º da Lei Municipal nº 893/2017);



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS CORREIA  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o art. 11 da Lei Municipal nº 893/2017 e Lei Municipal nº 560/2003.

Parágrafo Único - Os benefícios da Lei Municipal nº 560/2003, são extensivos aos Fiscais de Tributos, Fiscais de Obras e Procuradores Municipais que atuam na área fiscal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luis Correia, 17 de setembro de 2018.

FRANCISCO ARAÚJO GALENO  
Prefeito Municipal